



PLATAFORMA LIBERAL AUTÁRQUICA

“PENSAR GLOBAL E AGIR LOCAL”

Para que falemos a uma só voz nos assuntos que são comuns a todos os municípios onde concorreremos.

- Apresentação
- Governança digital, “cidade inteligente”
- Administração e democracia participativa
- Atractividade
- Desenvolvimento social e económico
- Empreendedorismo e Startups
- Transparência e responsabilização
- Cultura e desporto
- Natureza e ambiente
- Exemplos de estrutura de programa autárquico

➤ Apresentação

A Iniciativa Liberal candidata-se à liderança dos municípios do Funchal, Machico, Santa Cruz, Ponta do Sol e São Vicente, propondo um novo paradigma de governabilidade.

Os modelos clássicos que têm sido implementados, com mais erros que acertos, não têm sabido adaptar-se às novas dinâmicas sociais que resultam não só da globalização, como agora, sobretudo, dos efeitos da crise pandémica.

Propomos um modelo de governança que execute a ideia de “pensar global e agir local”, numa abordagem próxima dos cidadãos e tendo em consideração as características específicas de cada município, da sua população, das suas necessidades e das suas possibilidades de futuro.

A Iniciativa Liberal assume, assim, uma proposta de capacitação das gerações mais novas que apoie um envelhecimento sustentável das gerações mais velhas e que contribua, desse modo, para a fixação das populações, nos concelhos, um dos maiores incentivos à natalidade.

Tornar os municípios mais capazes, significa construir modelos transparentes, éticos e inteligentes de gestão que outorguem às suas populações a vontade de permanecer, edificar e fazer progredir. Os municípios ecológicos e socialmente responsáveis são uma construção de cada cidadão, com o seu contributo imprescindível. Escutar os cidadãos é, por isso, uma tarefa fundamental e um compromisso assumido.

Implicar as populações na via do desenvolvimento sustentável, democratizar os modelos de governança, melhorar o quotidiano dos habitantes dos municípios, decorre de princípios de solidariedade institucional, social, económica e financeira.

Alinhar as políticas com as metas de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas (<https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>) de modo a tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis e assegurando que os princípios norteadores dos objectivos estão integrados na definição das principais propostas incluídas neste documento.



Para a agenda municipal da Iniciativa Liberal, todos são indispensáveis à construção de futuros mais felizes.

➤ Governança digital, “cidade inteligente”

1. Pensar e governar os municípios tornando-os mais seguros, inteligentes, sustentáveis, atractivos, de forma a promover a qualidade de vida dos munícipes;
2. Cultura de transversalidade: segurança, economia, cultura, educação, património, ambiente, turismo interno e externo, e tecnologia;
3. *Rebranding* dos municípios. Abraçar o conceito de “Smart City” como modelo (wi-fi, sistemas de rega inteligente, gestão inteligente de resíduos, contadores inteligentes, gestão inteligente da iluminação pública e dos monumentos, automatização de edifícios, soluções tecnológicas, sustentabilidade, *internet* “das coisas”, gestão de tráfego, etc.);
4. Estabelecer protocolos colaborativos com empresas Hi-Tech que permitam modelar os sistemas no conceito. Disponibilizar a informação recolhida em formato aberto e acessível possibilitando e fomentando a inovação e a melhoria contínua da gestão municipal.



QUAIS OS SEGREDOS QUE CONVERTEM UMA CIDADE NUMA CIDADE INTELIGENTE



1
Utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)



2
Automatização e controle de edifícios



3
Planeamento urbano eficiente



4
Mobilidade urbana e transporte público sustentável



5
Gestão inteligente dos resíduos sólidos



6
Melhoria da sustentabilidade ambiental



7
Preocupação com o ambiente social



8
Tecnologias aplicadas à educação



9
Tecnologias aplicadas à saúde



10
Sistema de comércio electrónico



11
Transparência



12
Dados partilhados: open data



Fonte principal: Índice IESE Cities in Motion (2017).

➤ Administração e democracia participativa

1. Reengenharia nos processos e no modo de funcionamento da máquina administrativa: "e-government";
2. Adesão do Funchal, Santa Cruz e Machico à Rede de Cidades Criativas e à Rede de Cidades Inteligentes;
3. Desenvolvimento de um novo paradigma de gestão pública assente na participação cidadã;
4. Digitalização do sistema administrativo que permita o acesso *on-line* à maioria dos serviços dos municípios;
5. Balcão Único de Serviços (BUS) simplificando as relações entre o cidadão e a administração municipal, através da criação de um ponto único de contacto com os serviços públicos, de modo a que os cidadãos consagrem menos tempo e esforço para encontrar e obter os serviços que procuram. Assim, procurar-se-á a alcançar níveis de qualidade que garantam agilidade e respostas, em tempo útil, para os munícipes.
6. Inovação social: novas formas de resolver necessidades sociais com base em relações entre municípios, empresas, ONGs, movimento associativo, etc. O *Social Innovation eXchange* (SIX) visa melhorar os métodos com os quais se encontrem melhores soluções para desafios como desemprego, envelhecimento, mudanças climáticas, desigualdade e saúde. Concorrer aos programas europeus que existem de apoio a estas iniciativas;
7. Sustentabilidade ambiental e energética;
8. Parcerias intermunicipais em áreas comuns, de modo a partilhar recursos, minorar custos, e assim obter melhores resultados;
9. Descentralizar serviços para as Juntas de Freguesia, conforme o possibilitado pelo Decreto-Lei n.º 57/2019, ampliando as suas competências, acompanhados dos devidos recursos orçamentais, de maneira a aumentar a eficiência do conjunto autárquico.

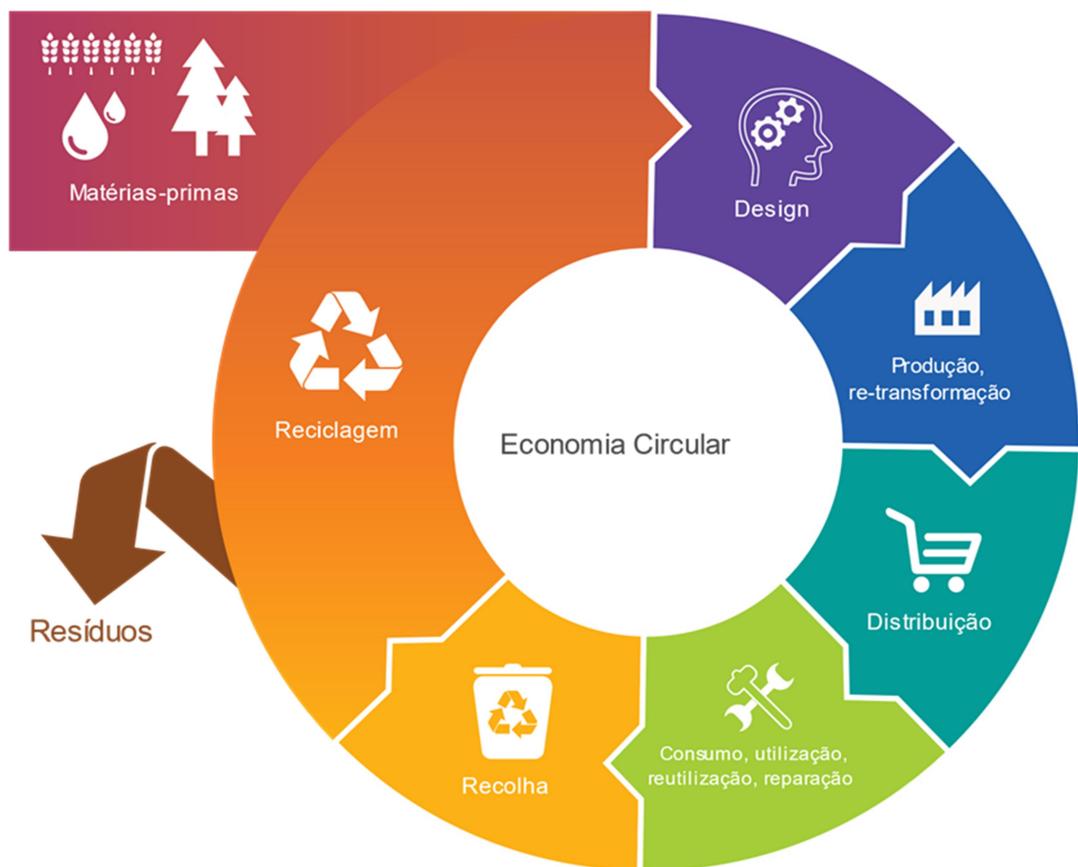
➤ Atractividade e mobilidade

1. Acolher, em articulação com o tecido empresarial local, um programa cujo objectivo seja divulgar as empresas e o trabalho de excelência desenvolvido nos concelhos. Pretende-se também, com esta abordagem, promover o intercâmbio de experiências, fomentar novas oportunidades de negócio, estimular a interacção entre os vários intervenientes, aproximar o ecossistema empreendedor do tecido empresarial e posicionar os municípios onde concorremos como os melhores locais para viver, trabalhar e investir;
2. Facultar e acolher eventos de capacitação laboral e empresarial: formação empresarial em áreas como a gestão, relações-públicas, relações humanas, contabilidade, *marketing* e publicidade, etc., para pequenos empresários do concelho: empresários bem formados têm negócios mais sustentados;
3. Cooperar no sentido da promoção de melhores redes de transporte público intra e intermunicipais;
4. Reforço da segurança na rede viária;
5. Implementação de medidas para aliviar o congestionamento rodoviário;
6. Tornar as áreas urbanas mais acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida;
7. Mobilidade eléctrica.

➤ Desenvolvimento social e económico

1. Identificação de investimentos-alvo e actividades tendo em vista o aumento da facilidade de investimento;
2. Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as actividades produtivas, o emprego, o empreendedorismo, a criatividade e a inovação e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas;
3. Revisão imediata da Derrama e da devolução do IRS aos municípios. Manter o IMI na taxa mais baixa;
4. Renovação do Regulamento de Taxas Municipais tornando-o mais simples e com menos custos para os municípios. Eliminação de todas as taxas constantes do RTM que tenham valor inferior a 5 €, acerto de todas as que tenham valores “quebrados” e redução das restantes no prazo da duração do mandato;
5. Articulação dos factores de urbanização com uma rede de transportes adequada ao serviço de todos;
6. Seguro de saúde municipal como complemento ao SRS;
7. Melhorar as instalações físicas para educação, tornando-as apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos;
8. Investir na juventude no sentido de “fill in the gap” entre gerações que não têm acesso ao digital;
9. Facilitar pólos de convivalidade que ocupem os mais velhos em segurança, evitando internamentos precoces e valorizando o diálogo entre gerações (muito importante em municípios mais rurais e com elevada taxa de idosos) – este facto contribui indirectamente para a fixação de população nos municípios e é um incentivo indirecto à natalidade;
10. Melhoria da oferta de turismo recreativo;
11. Revitalização das artérias comerciais;
12. Desenvolvimento do mundo comunitário;

13. Promover e divulgar a adopção de conceitos de economia circular na rede empresarial, assente na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia através de incentivos fiscais. A introdução de novos fluxos circulares de reutilização, restauração e renovação, num processo integrado permitirá reduzir a dependência dos municípios em relação ao exterior.



➤ Empreendedorismo e Start-ups

1. Estimular o empreendedorismo nos municípios;
2. Facultar e acolher oportunidades de *networking* e colaboração entre empreendedores;
3. Instituir com privados protocolos que tornem interessante estabelecer parcerias no sentido de estas novas empresas poderem ser apoiadas e incubadas valendo-se da experiência de quem já está no mercado. Incubação e aceleração;
4. Facilitar a instalação de *startups* no concelho desenvolvendo uma atitude colaborativa com a StartUp Madeira;
5. Acolher a instalação nos municípios de nómadas digitais.

➤ Transparência e responsabilização

1. Plano municipal anticorrupção;
2. Criação de um Portal de Transparência onde sejam publicados com clareza todos os actos de gestão municipal;
3. Transmissão em *livestream* de todas as reuniões do executivo camarário bem como as da Assembleia Municipal;
4. Agenda diária dos actos de todos os vereadores executivos com publicação no Portal de Transparência.
5. Definição de metas e objectivos quantificáveis para aferição do alcance e do sucesso das políticas implementadas.

➤ Cultura, desporto e lazer

1. Mapeamento de todos os lugares de valor patrimonial que possam suscitar investimento cultural e/ou de economia criativa + turismo cultural-ambiental;
2. Revalorização da missão diplomática dos monumentos e do património natural dos municípios;
3. Intervenção ao nível das geminações e das áreas específicas de cada património local;
4. Instalação de mais parques infantis/infraestruturas de lazer.
5. Encorajar projectos intergeracionais que promovam e divulguem o património cultural tradicional;
6. Acolhimento e valorização das indústrias criativas;
7. Facilitação de iniciativas promotoras da interculturalidade;
8. Estimular o surgimento de projectos culturais;
9. Rentabilização das infraestruturas desportivas existentes.

➤ Natureza e ambiente

1. Desenvolver programas de rearboração urbana, valorizando a paisagem, que sejam espaços de bem-estar, melhorando a qualidade de vida dos munícipes;
2. Identificação de áreas com potencial para desenvolver parques urbanos, constituídos por arvoredo, circuitos e zonas de contemplação e silêncio;
3. Fazer o levantamento de zonas com estatuto de conservação que condicionem a ocupação e a cobiça pela orla costeira, como salvaguarda das zonas ainda preservadas;
4. Incentivos fiscais a entidades individuais ou colectivas que contribuam para a preservação do património florestal, quando notável, pela sua valia para a comunidade;
5. Promover a limpeza das bermas das estradas municipais de modo a prevenir incêndios, rearborezando-as criando assim zonas de ocupação com sombra, que impeçam o avanço de espécies invasoras, reduzam a manutenção e valorizem a paisagem;
6. Promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados no sector das águas com ênfase na implementação de medidas de controlo de desperdício, reduzindo as ineficiências da rede e garantindo a redução das perdas de água, bem como de consumos não contabilizados. Assim, será possível aumentar substancialmente a eficiência no uso da água e assegurar extracções sustentáveis;
7. Fomentar a poupança da água através de medidas que penalizem os gastos irresponsáveis, fazendo reflectir os consumos ao munícipe, não por escalas de consumo, mas por consumo medido em litros de forma a ser entendível pelo consumidor. Assegurar que o tarifário seja sustentado em princípios de sustentabilidade económico-financeira e social, aplicando o princípio do utilizador/pagador e não o de implementação de uma tarifa política;

8. Promover o mapeamento de todas as veredas, caminhos e trilhos públicos;
9. Promoção e valorização da compostagem individual: uma mais-valia em municípios com alto índice de ruralidade;
10. Criação de *ecovilas*, sobretudo nas zonas rurais, de modo a preservar os sistemas de cultura e regadio.
11. Foco na melhor gestão de materiais residuais.